

**ATA N.º 02/XII/2021**

**Reunião Ordinária de 13/01/2021**

Aos treze dias do mês de janeiro do ano dois mil e vinte e um, na Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amoêdo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO TORNEIO ATLETISMOITA 2019/2020.....15
2. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO.....16
3. REALIZAÇÃO DO EVENTO - ABRA A BAGAGEIRA, PARA O ANO DE 2021.....17
4. "IDEIAS E EMPRESAS – LOJAS POP-UP", NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA – ANO 2021.....17

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.
- O mapa dos atos praticados no âmbito da delegação e subdelegação de competências referente ao período entre 01-12-2020 e 31-12-2020.

O Sr. Presidente iniciou por, ainda que de forma sintética e pouco definitiva, referir a evolução da situação relativamente ao Covid-19, dizendo que como é do conhecimento de todos este início do ano trouxe um acréscimo significativo do número de novos contágios, de disseminação da doença, e isso levou à necessidade de um novo confinamento, e crê que todos, durante muitos meses, andaram a desejar que não acontecesse, por tudo o que que ele implica de efeitos secundários, de danos colaterais, mas que afinal vai mesmo acontecer face à evolução dos últimos dias, da última semana, porque parece que é mais ou menos consensual que, verdadeiramente, não existe alternativa válida para esta situação. Em relação ao concelho a evolução tem sido aquela que já se conhece, neste início do ano veio generalizar-se a situação de risco elevado a grande parte dos concelhos do País e, em particular, na Área Metropolitana. Crê que apenas dois é que ficaram abaixo do nível do “muito elevado” ou até do “extremamente elevado”, mas isto acompanha, inteiramente, aquilo que acontece no resto do País, e é essa situação que está a criar problemas para os quais não se vê outra forma de os enfrentar que não seja, de facto, através deste novo confinamento generalizado. Sobre os detalhes específicos, daquilo que se tem ouvido e que se conhece das notícias, através de declarações oficiais, são ainda imprecisos em alguns aspetos, pelo que tem que se aguardar pelas decisões do Conselho de Ministros do dia de hoje para se saber, exatamente, quais são as regras que vão ser estabelecidas para estas próximas semanas.

De qualquer forma, e antecipando que se irá para uma situação de contornos semelhantes à de abril do ano passado, embora com algumas diferenças que podem ser importantes, designadamente o funcionamento ou não das escolas, que é, desde logo, uma diferença significativa, mas ainda assim, do ponto de vista do funcionamento interno, aquilo que está equacionado, se o confinamento vier a ser determinado nos moldes que preveem, é que também se irá regressar ao modelo de funcionamento que existia durante o mês de abril do ano passado. E isto significa que, embora se possa eufemisticamente designar por teletrabalho, na prática, está-se a falar de uma situação em que boa parte dos serviços do Município, simplesmente, tem uma redução significativa da atividade, de equipas a trabalhar em espelho em todos os setores, com reduções muito significativas, manutenção apenas dos serviços essenciais e daqueles serviços fundamentais que, de forma nenhuma, podem alguma vez ser interrompidos, quer os de primeira linha, ou seja, os serviços operacionais essenciais, quer também aqueles de segunda linha que são necessários para que os outros funcionem, portanto, não se pode nunca equacionar e olhar apenas para o trabalhador da recolha como se para o trabalhador da recolha funcionar não fosse preciso haver outros serviços que também funcionem. Efetivamente, isto significa, que, a confirmar-se o cenário que se prevê, ir-se-á entrar neste novo modelo de funcionamento com a interrupção do trabalho presencial para um número significativo de trabalhadores do município em todos os setores.

Sobre o facto de ter dito que a questão do teletrabalho é eufemística, disse que é uma expressão pretensamente mais ligeira, mas que, de certa forma, é disso que se trata. É evidente que são assegurados meios de teletrabalho para o cumprimento de muitas funções, e de um número significativo de pessoas que fica, efetivamente, em teletrabalho, mas também não é novidade, nem é surpresa para ninguém, que há muitas tarefas que não podem ser executadas em teletrabalho, portanto, ao se assumir que se suspendem serviços no seu modelo atual, significa que há um conjunto de pessoas que, objetivamente, não está nem em teletrabalho, nem em trabalho presencial, está

naquelas equipas rotativas em que, uma semana estarão umas, noutra semana estarão outras, à semelhança dos modelos que foram adotados no mês de abril do ano passado.

Há alguns aspetos em que se pensa, a não ser que as determinações que venham do Conselho de Ministros imponham coisa diversa, que se deve manter os mesmos princípios que se mantiveram inicialmente, ou seja, os mercados a funcionar, o atendimento nos Balcões do Município a funcionar, com as adaptações necessárias, designadamente, com marcação prévia e com limitações ao número de atendimentos e, conseqüentemente, ao número de trabalhadores presentes em cada momento. A grande incógnita tem a ver com as escolas, e essa questão também suscita outras adaptações, porque se as escolas funcionarem é preciso um conjunto de trabalhadores que acompanhem os problemas das escolas no dia-a-dia, que tenham capacidade de resposta para as avarias e para as mais diversas circunstâncias, portanto, se houver escolas, terá que haver mais trabalhadores ao serviço, se não houver escolas, haverá menos trabalhadores ao serviço, para além dos da escola propriamente ditos, ou seja, das auxiliares de ação educativa que estão nos jardins de infância.

Perante estas incertezas, considera-se que não é possível determinar já hoje e informar já hoje os serviços das novas medidas a adotar, tem que se aguardar pelas determinações do Conselho de Ministros que sairão hoje. Amanhã, será o dia de organização interna, de informação a todas as pessoas e, em princípio, já na sexta-feira poder-se-á começar, eventualmente, não na totalidade, mas pelo menos uma boa parte dos serviços, a entrar no novo modelo de funcionamento para as próximas semanas. Também há outras incógnitas, que se pensa que vão ser semelhantes ao início, mas é aconselhável esperar pelas determinações exatas do que vier a ser definido, designadamente, o funcionamento dos equipamentos culturais e o funcionamento das bibliotecas, portanto, também aqui há uma série de aspetos em que tudo aponta que se fique numa situação de encerramento total deste tipo de estabelecimentos e de suspensão total deste tipo de atividades, mas também não se toma decisões sem ver, exatamente, aquilo que for definido.

Sobre a evolução da situação no concelho, em concreto, tivemos aquela situação mais grave, mais acentuada, do surto no lar Pedro Rodrigues Costa, em Alhos Vedros, um ar da Santa Casa da Misericórdia, que provocou 68 casos entre trabalhadores e utentes. Essa situação foi detetada, o surto foi identificado na semana entre o Natal e o Ano Novo, foram tomadas as medidas adequadas na altura, como sempre com o acompanhamento das autoridades de saúde, o acompanhamento da Câmara Municipal para responder a alguma solicitação que viesse a ser necessária e, felizmente, acabou por não ser necessário nenhuma intervenção porque a Santa Casa da Misericórdia tem os recursos e tem os meios para resolver internamente os seus próprios problemas, designadamente, de separação entre os doentes infetados e os não infetados, de adoção de medidas de contingência mais adequadas à situação de surto, e também houve disponibilização por parte da Segurança Social, como está previsto, de equipas de trabalhadores de reforço para ocorrer aos problemas que se criam nos lares com trabalhadores infetados, que são necessários substituir no imediato e, neste caso, a Segurança Social Distrital conseguiu colocar 8 pessoas para reforço das equipas de profissionais do lar.

Não tivemos outros surtos desta dimensão, houve um de uma dimensão bastante menor na UCCI, que até foi anterior, e outro em simultâneo num lar particular, que teve uma dimensão de 20 casos, logo não tem a mesma expressão numérica. Quanto ao resto, a evolução da situação é a de contaminação comunitária, como se tem vindo a verificar, não se associando o número de casos a nenhuma situação específica, são casos dispersos, com uma incidência de contágio muito em contexto familiar, quer seja família restrita ou família alargada, sendo que o essencial dos casos e a subida de casos se relaciona com esses contextos, e isso é uma realidade que se mantém até agora.

Como já tinha referido na última reunião, disse que se respondeu a uma solicitação da Autoridade de Saúde Pública, da Unidade de Saúde Pública, que tem grandes dificuldades para conseguir dar respostas rápidas, e no tempo desejável, ao grande aumento do número de casos, e para fazer a realização dos Inquéritos epidemiológicos e o acompanhamento dos doentes confinados. Cedeu-se dois técnicos do município para reforçar a equipa da Unidade de Saúde Pública para esse efeito, e ontem também se recebeu um pedido de apoio logístico para recomeçar o trabalho da Unidade de Saúde Itinerante que funcionou naquele período do início do verão, uma unidade de técnicos de saúde

que faz o acompanhamento dos doentes confinados, visitando-os no domicílio e que, nessa altura, funcionou com o apoio logístico do Município, designadamente, com o apoio de viaturas e respetivos motoristas, que pretende ser reativada e que se Iniciará nos próximos dias.

Também se tem procurado corresponder, ainda que de uma forma que não supre todas as necessidades, mas tem correspondido sempre, aos pedidos de apoios de urgências das unidades das diversas entidades. Do ponto de vista do material de equipamento de proteção individual, sempre que surge algum problema os equipamentos entram logo num processo de consumo mais rápido, o que cria dificuldades às instituições, e foram diversas, aliás, quase todas as instituições que têm lares de idosos, mas também a NOS, a Raríssimas, o lar privado de que falou há pouco, quanto têm mais dificuldades, pedem algum apoio da Câmara para material desta natureza, e tem sido prestado na medida das nossas disponibilidades.

De seguida o Sr. Presidente deu a palavra aos Srs. Vereadores que manifestaram intenção de intervir no Período Antes da Ordem do Dia.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse que o Sr. Presidente já tinha feito um relato detalhado da situação e que a si só lhe cabia dizer que, neste momento, ao dia de hoje, se contam 300 dias dos seus registos, do acompanhamento e dos briefings que se realizam diariamente com as entidades da saúde, bombeiros, GNR, PSP e o técnico da proteção civil, que continua a fazer, desde essa altura, as suas duas rondas diárias para identificação de algumas situações anómalas e contactar as autoridades, de imediato, quando denota essas situações. Os números, a nível nacional, são aqueles que todos conhecem, e a nível local também vão em linha com o crescimento dos números nacionais, naturalmente, em consequência dos surtos que o Sr. Presidente já referiu que ocorreram nos dois lares, e que foram conhecidos no dia 1 de janeiro e que foi, de facto, um número muito elevado.

Nos 300 dias que decorreram, as contas locais apontam para 2862 casos até ontem, tendo tido, como é do conhecimento de todos, um crescimento, a partir de novembro, muito acentuado. A Proteção Civil vai refletir sobre esta situação na próxima sexta-feira, com uma reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil, e a Comissão dirá se são necessárias mais algumas medidas, para além daquelas que já tem vindo a ser tomadas a nível local.

Sobre a atividade da Proteção Civil, e como todos sabem esteve ausente duas reuniões, logo não fez o relato habitual, disse que se mantém a atividade que tem vindo a decorrer desde o início da pandemia, com os briefings com as entidades que há pouco referiu e com os relatórios diários que são enviados para todos os membros da Comissão.

Informou que os testes de rastreio aos trabalhadores dos lares mudaram de local, porque estavam a ser feitos no Pavilhão Desportivo e passaram a ser feitos no Pavilhão de Exposições, e acha que é de agradecer ao Sr. Vice-Presidente a colaboração que os seus trabalhadores têm vindo a prestar em todo o apoio para esta tarefa, de todas as sextas-feiras de manhã, durante um determinado período, estarem a colaborar, o que agradece mesmo, considerando que o seu local de trabalho passou, para este efeito, a ser no Pavilhão de Exposições e não no Pavilhão Desportivo, de onde eles são trabalhadores, daí que pense que deve ser reconhecida essa disponibilidade.

Entretanto, sobre as medidas de prevenção que, eventualmente, terão que mudar, ou melhor dizendo, que terão que acentuar, numa primeira abordagem muito rápida e pouco ampla, disse que existem algumas coisas que tem vindo a verificar e que, eventualmente, terão que ser corrigidas. Por exemplo, nas entradas do Mercado Municipal da Moita e do Mercado Municipal da Baixa da Banheira, na medida em que não estão definidas portas para entrada e portas para saída, e a fiscalização desses locais, porque deveria haver um funcionário municipal a indicar e a acompanhar a entrada, a indicar o local onde podem fazer a higienização das mãos, porque está muito dissimulada, uma vez que a dimensão do equipamento é muito pequena, atendendo a que ali entram centenas de pessoas, sobretudo ao fim de semana, pensa que, naturalmente, a presença de um funcionário, quer para medir em termos da

quantidade de pessoas que ocupam o espaço, quer para dar esta indicação, era fundamental para que isto fosse melhor articulado, porque são locais onde se manuseiam produtos alimentares e, se as pessoas não tiverem as mãos higienizadas, pode ser uma fonte de contágio, daí que pense que uma das funções dos trabalhadores que lá estiverem para prestar essa função será, de facto, aconselhar as pessoas à entrada a tomarem essa precaução.

Não sabe o que é que vai acontecer com os mercados de levante, mas segundo um membro da Comissão Municipal de Proteção Civil, no mercado mensal da Moita continua a não ser respeitada, pese embora a indicação que o próprio deu aos proprietários para que não houvesse uma densidade de mesas no sítio onde se servem refeições, um dos sítios cumpre, o outro não, pelo que aconselhou, caso continuem a estar abertos e a funcionar, que sejam feitas algumas advertências a esse feirante para que não hajam mesas corridas sem estarem sinalizados os lugares onde se podem sentar ou não. Se exigem aos restaurantes que cumpram determinadas regras, não é pelo facto de ser num mercado, porque tem muita frequência, tem muita gente, que não é necessário tomar essas precauções.

Quis ainda abordar um outro assunto, que não tem a ver propriamente com a Proteção Civil, que deriva da transferência de competências para o Município, mas que tem a ver com a parte da Lei que se refere, concretamente, à questão da segurança contra incêndios. De acordo com o ponto 1 do artigo 26 da Lei-quadro nº 50/2018, passou a ser uma competência do Município apreciar os projetos e as medidas de autoproteção, realizar vistorias e inspeções em edifícios classificados na primeira categoria de risco, no âmbito do regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios. O seu ponto 2 diz que, para o desempenho das funções previstas no número anterior, os técnicos municipais devem ser credenciados pela entidade competente que, neste caso, lhe parece ser a ANPC. Este assunto não é novo, e pensa que o Sr. Presidente se recorda, no momento em que tiveram contactos com as coletividades, que verificaram que não havia trabalhadores no Município que tivessem a competência formal para poder fazer quer as MAP's, quer a fiscalização e uma vez que agora já é competência própria do Município para o nível 1, perguntou se já está alguém a ser formado para este objetivo, porque também é fundamental, inclusive, para os edifícios municipais poderem ter também esta credenciação.

Sr. Vereador Carlos Albino – Começou por fazer uma sugestão simples, meramente do ponto de vista da organização, sobre a pasta dos Assuntos Para Conhecimento, porque poderia muito bem ser enviada por e-mail, uma vez que não é aqui, neste momento, o da altura da reunião, que se poderá estar a analisar ou a tomar verdadeiramente conhecimento, até porque não tem por hábito assinar de cruz, ou seja, olha, vê, mas no verdadeiro sentido da palavra, tomam um conhecimento muito superficial, por isso pensa que não existe mal nenhum e essa informação pode muito bem ser toda enviada por e-mail, no dia da reunião ou posteriormente, com a mesma periodicidade.

Relativamente ao teletrabalho, que foi aqui falado, saltando a parte do número de incremento, do número de casos, que a todos deixa preocupados, mas já não se vai estender mais sobre essa matéria porque muito já aqui disse, só quis acrescentar que considera que é natural que, havendo claras dificuldades em certas áreas para fazer a gestão com as pessoas no local de trabalho, muito mais difícil é gerir as pessoas e o trabalho à distância e, certamente, vai-se notar ainda mais essa incapacidade e essas deficiências, mas isso é algo que é natural e o que foi aqui dito não é nada de novo. Espera que isto seja uma oportunidade para se melhorarem processos e procedimentos que poderão ter continuidade quando o teletrabalho terminar, porque os processos de digitalização, informatização, machine learning, a inteligência artificial, etc., são uma coisa que veio e veio para ficar, e quanto mais rápido as organizações tomarem isso como uma prioridade, no sentido que é uma ferramenta que ajuda à prossecução do trabalho e dos objetivos que se queiram atingir, melhor é para organização porque estará preparada para fazer face aos desafios do presente e do futuro.

Relativamente a estas reuniões, sendo que a próxima será dia 23 e estarão em confinamento, e que desde o último confinamento sempre houve a ideia de que estas reuniões fossem sempre feitas em modelo presencial, perguntou ao Sr. Presidente se, em algum momento, considerou que elas possam ser feitas, visto que a lei o prevê, sem ser no modelo presencial, até para salvaguardar todos os

intervenientes, desde os trabalhadores que aqui os acompanham àqueles que lhes têm que abrir o espaço para estarem aqui hoje, etc.

Por último, disse que tomou em boa nota aquilo que o Sr. Vereador Luis Chula referiu relativamente ao mercado da Moita, mas também quis dizer que não são só as instalações abertas ao público, pelo menos a seu ver, a menos que já tenha havido alguma alteração nesse sentido, que carecem de um circuito de entrada e de saída, e não sabe se já foi feita alguma alteração no refeitório da autarquia, permitindo também, visto que tem duas portas, um circuito de entrada e de saída.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse que, sendo esta a primeira reunião do ano, lhe cumpria dar algumas informações, e começou por referir que o concurso de Natal correu muito bem, que todos os comerciantes dizem que o Natal foi bom e teve muitas vendas, ainda que não devido ao concurso, para serem sinceros, mas porque nestas coisas as pessoas têm medo de ir aos centros comerciais e, naturalmente, utilizaram mais o comércio local. Deram uma pequena ajuda, mas, de facto, a situação acabou por ter aguentado um bocadinho, neste final de ano, o comércio. Sendo que, agora, com o anúncio quase certo, como disse o Presidente, de que da reunião de hoje do Conselho de Ministros vão sair novas regras e novo confinamento, naturalmente, voltam algumas preocupações.

Isto leva-o à segunda parte da sua intervenção, sendo que queria deixar as coisas absolutamente à vontade, porque é natural que o Vereador das Atividades Económicas, do desenvolvimento económico, tenha mais preocupações com a parte económica, tal como é natural que o Vereador da Proteção Civil tenha mais preocupações com a parte da proteção civil, e caberá depois ao Presidente ter a palavra final, porque isto é mesmo assim.

Disse querer deixar aqui muito claro que hoje sairão as regras e que têm quinta e sexta para decidir algumas coisas, como seja, e há pouco o Vereador da Proteção Civil levantou essa questão, se vai ou não haver mercados de levante, e têm quinta e sexta para tomar essa resolução porque no domingo dia 24 têm o mercado de levante da Moita. Naturalmente, caso não haja, ou haja só para algumas atividades, porque houve uma altura em que fizeram só para algumas atividades, houve outra altura em que não fizeram de todo e houve outra em que fizeram aberto a todas as atividades, porque as pessoas precisam ser avisadas, e se há coisa que detesta é brincar com as expectativas das pessoas e com o seu ganha-pão, porque a vida está difícil. Assumirá, naturalmente, o que decidirem e dará a cara, mas cumpre-lhe, enquanto Vereador das Atividades Económicas defender aqui que considera que deve haver o mercado de levante, e cumpre-lhe, naturalmente, ver a que restaurante se referiu, porque são três restaurantes, e apesar de não lhe parecer que algum tivesse mesas corridas, e tem estado em todos os mercados de levante, vai aferir para acabar com isso, porque às vezes consideram que é uma mesa maior para uma mesma família, mas aquilo acaba por ser uma mesa corrida.

Seja como for, mediante as decisões do Conselho de Ministros, que se deverá saber hoje e sair amanhã em Diário da República, precisam informar os vendedores, porque se voltarem, por exemplo, àquele tempo em que faziam só para algumas atividades, também lhe cumpre dar uma palavra às outras pessoas, porque é o ganha pão delas, e tem um mínimo de respeito pelas pessoas que o obriga a dar a cara e a falar com elas, da mesma forma que também está à espera da resolução do Conselho de Ministros, porque há uma série de questões que o deixam extremamente preocupado. Ainda hoje, uma pessoa dona de um cabeleireiro, lhe perguntou se podia funcionar amanhã e sexta-feira, e porque também já tinha marcações para sábado de manhã, e disse-lhe que não sabia, que o Conselho de Ministros estava reunido hoje e que depois haviam de saber mais alguma coisa. O caso mais impressionante para si, e não tem nada a ver com questões de atividades económicas, foi um aluno do ensino superior que lhe perguntou, uma vez que tinha um exame na sexta-feira, se o exame será presencial ou via internet, ao que respondeu que não sabia e que isso dependia, em primeiro lugar, do Conselho de Ministros, e depois da sua faculdade que, no caso, é em Lisboa.

Não faz a menor ideia dessas coisas, mas acha que as resoluções que depois caberão à Câmara tomar devem ser tomadas o mais rápido possível, pelo que fez o apelo de as tomarem mal saiam as resoluções do Conselho de Ministros, e quis deixar muito claro que, enquanto Vereador das Atividades Económicas, fará sempre um apelo para o máximo de abertura atividades económicas, como também

é natural que o Vereador da Proteção Civil faça um apelo ao máximo encerramento, o que compreende sem problema nenhum. Depois caberá ao Presidente decidir e, seja qual for a decisão, podem estar certos que dará a cara por ela e que telefonará aos feirantes a explicar as coisas, nunca colocou isso em causa, mas precisa saber com que “linhas é que se cosem”.

Sobre os mercados municipais, nomeadamente, os dois grandes, disse que cometeu um erro, e que assume como seu, porque acha que houve um dia que devia ter colocado, e têm colocado fiscais, muitas vezes aos fins-de-semana, somente naquelas horas em que os mercados têm mais pessoas, e não foi falha de nenhum fiscal, foi sua e do seu chefe de divisão, no dia 24 dezembro, porque devia ter calculado que as pessoas iam comprar couves para fazer a ceia de Natal e, de facto, considera que, quer o mercado da Moita, quer o mercado grande da Baixa da Banheira, nesse dia tiveram gente a mais, e é o primeiro a dizê-lo. Era um dia de semana, não era feriado, e não ocorreu a ninguém que, de facto, seria um dia em que as pessoas iriam lá fazer mais compras, mas as coisas são como são. Por regra, a proporção entre espaços e número de clientes tem estado sempre correta, sendo que tem havido um problema que não é possível resolver, que é o facto de algumas bancas terem gente a mais. Quando controlam as entradas calculam-nas para a área toda do mercado e, de facto, as pessoas não se distribuem uniformemente por todas as bancas, ou seja, há vendedores que vendem mais do que outros, ou porque têm preços melhores, ou porque têm produtos melhor, e por vezes, uma vez que tem acompanhado pessoalmente, porque vai muitas vezes aos mercados, principalmente aos dois grandes, se bem que ainda ontem estive no de Sarilhos Pequenos, nota que há bancas que têm gente a mais, sendo que faz o devido alerta, mas não podem controlar banca a banca, e o Sr. Vereador tem que perceber que nas grandes superfícies, nos hipermercados, também há a pessoa que controla a entrada, mas depois, lá dentro, se toda a gente se aglomerar na zona dos iogurtes, não há nada que se possa fazer. São coisas que o deixam preocupado, vão tentando caminhar e acha que, acima de tudo, as pessoas também têm que ganhar consciência e, se estiver muita gente naquela banca onde querem ir, têm que aprender a esperar ou ir a outra banca, porque não têm qualquer hipótese de ter um fiscal em cada banca, não é comportável.

Da mesma forma, precisam saber, relativamente aos mercados que não são de levante, porque é capaz de ter a ver com as medidas do Conselho de Ministros e depois, se calhar, com uma resolução do Sr. Presidente, se fecharão às 12:30h. Atualmente, aos fins de semana, estão a fechar às 13:00h, e aquilo que fizeram foi fechar os mercados municipais às 12:30h, para dar tempo às pessoas chegarem a casa, e às 12:30h deixam de entrar pessoas. Não sabe se esta regra vai ser aplicada durante todos os dias da semana, se esta regra fica só ao fim-de-semana, porque depende do Conselho de Ministros, mas a seguir, também resultará de uma resolução do Sr. Presidente e, como tal, aquilo que pede, deixando assim a sua opinião que, provavelmente, será contrária à opinião do Sr. Vereador da Proteção Civil, porque também lhe cumpre deixar a sua, mas uma vez que sempre pensou um bocadinho “fora da caixa”, sempre foi defensor de que mais horário provoca menos filas e menos ajuntamento, e não sabe até que ponto é que é boa esta questão dos horários restritivos, mas sabe que, de uma forma geral, as pessoas não têm a sua opinião.

Lembra-se de há três anos atrás, quando se tornou Vereador, antes das festas de setembro, estar em conversa com o Sr. Presidente e com a GNR, e o Sr. Presidente ter falado sobre uma discoteca que existia na Moita, o Cais 43, porque o horário dos bares, normalmente, durante a festa da Moita, é até às 04:00 e a discoteca era até às 06:00 e, na altura, tinham alguns problemas com a saída da discoteca àquela hora, com as pessoas a sair em bando da discoteca, quer na zona do cais, quer na zona das tendinhas dos feirantes. Na altura, disse que a melhor solução para isso era aumentarem o horário da discoteca, e em vez de fecharem às 06:00, fecharem às 08:00 ou às 09:00, e a GNR ficou escandalizada, mas o que dizia é que se saírem já com luz fazem menos vandalismo, e se derem licença até essa hora, não saem todos de uma vez.

Portanto, tem este defeito, ou virtude, de pensar um bocadinho “fora da caixa” sendo que, normalmente, não é acompanhado por mais ninguém, mas não tem problema nenhum o facto de não o acompanharem e a ideia de que fica chateado por não seguirem a sua opinião é errada. Cumpre-lhe a si dá-la e tem que dar a sua opinião, mas não fica nada chateado porque há uma maioria, e não

devem pensar isso de si, agora sabendo que tem este género de pensamento, disse que não está muito de acordo, por exemplo, com esta questão dos fechos e dos horários mais curtos porque, pessoalmente, acha que só aumenta as filas e o número de pessoas a abastecerem-se em cada local e, como tal, a sua opinião será sempre a do máximo de alargamento dos horários. O Sr. Vereador da Proteção Civil terá, naturalmente, uma palavra e a última palavra será sempre do Sr. Presidente, porque nessas coisas a democracia é mesmo assim, ou são democratas ou não são, e como é democrata, houve eleições, há um Presidente, não há dois nem três, e as coisas são como são. Seja como for, e porque ainda esta semana, quinta e sexta, terão uma série de decisões para tomar, pediu ao Sr. Presidente que o informasse mal as tomasse.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Começou por dizer que, nesta temática do Covid e do confinamento, também acompanha este raciocínio de estarem, realmente, numa situação muito complicada, excecionalíssima, e de estarem a pôr à prova a capacidade de viverem nestes tempos muito estranhos e complexos. Se calhar, há uns 6 meses atrás, até pensavam que isto hoje estaria já no outro sentido e, ao que parece, ainda não está no bom sentido, inclusivamente, ontem na reunião de especialistas do Infarmed, havia alguém que dizia que se não se tomarem medidas preventivas poderão aumentar muito mais os casos e, segundo esse especialista, o aumento seria duplicar os casos que têm agora, o que o deixa apreensivo, porque isto é algo muito sério, daí pensar que esta questão das medidas excecionais de confinamento são necessárias, até para ver se conseguem estancar. No entanto, também partilha a ideia de que não é só com confinamento e que também têm que ser tomadas medidas concretas de apoio às pessoas, de apoio às empresas, porque isto mexe muito com a vida das pessoas, mexe muito com a vida económica, portanto, tem que ser tudo tomado, praticamente, em simultâneo, porque pensa que as medidas nem sempre têm sido tomadas e, às vezes, decreta-se o confinamento, mas depois faltam as outras medidas. Ainda hoje, se falava na Assembleia da República, que há medidas que foram aprovadas no último estado de emergência e que ainda hoje não estão concretizadas, de apoio às pessoas e de apoio às empresas, e é um sinal que tem que ser dado ao Governo, principalmente, porque está a acompanhar e a decidir todas estas medidas.

Quanto ao concelho da Moita que até foi, realmente, alvo da comunicação social, que está a acompanhar isto tudo e quando há muitos focos as câmaras estão logo ali, e o concelho da Moita e Alhos Vedros foram palco de notícias, sendo que, inclusivamente, amigos seus de outros pontos do País, lhe telefonaram um pouco preocupados porque ouviam falar muito de Alhos Vedros, mas estes focos, efetivamente, estão localizados. Há pouco ouviu o Vereador Miguel Canudo falar, em particular, que as coisas estão todas controladas em termos do lar de Alhos Vedros, e ainda bem, mas também ouviu, apesar de não ter averiguado, que havia um foco no posto da GNR da Moita, e não sabe se ouviram falar nisso ou não, que tinha apanhado bastantes militares, não sabe se eram 2, 3 ou 8, o que também é um fator preocupante porque as autoridades andam em contacto permanente com as pessoas nas ruas e, se calhar, também foram vítimas disso. Portanto, é preocupante e devem estar atentos aos vários focos que vão surgindo, pensando que, na generalidade, as pessoas vão tomando os seus cuidados, que é o que nota nos espaços públicos onde vai, nos supermercados, ainda que agora vá mais ao comércio local porque, às vezes, numa grande superfície, não se consegue estar tão atento ao controle e aos cuidados que estão a haver, mas, efetivamente, há ainda pessoas que pensam que isto não é nada e que não é nada com elas e não tomam cuidado nenhum. Não é só no concelho da Moita, mas o concelho está numa linha de números bastante elevados, portanto, pensa que é hora de continuarem a reforçar essas medidas de prevenção. Esteve a ouvir o Sr. Presidente falar sobre todos os cuidados que vão ter no Município, e ainda não se sabe o que é que aí vem da resolução, mas calcula que algumas coisas sejam muito parecidas ao que foi tomado anteriormente, naquela altura de março e abril do ano passado.

Da parte dos Balcões do Município, que é o setor a que está mais ligado, e há pouco já falou com o Sr. Presidente, já prepararam um plano porque, a partir da meia-noite de hoje, certamente, entrarão em vigor as medidas de confinamento, portanto, amanhã poderiam supor que já estava alterado, mas já foi dito aqui que não é possível atendendo às características dos serviços. Assim, o dia de amanhã será



um dia preparatório e de comunicação entre toda a gente para que seja feito de uma forma organizada. Da sua parte, pode adiantar que os Balcões irão continuar a funcionar e, mais uma vez, os munícipes não vão ter as portas fechadas porque, quando se fala em teletrabalho, e já tem falado com algumas pessoas que dizem que tem que se aplicar o teletrabalho, é preciso ter em conta que há serviços que, pelas suas características, não pode ser aplicado o teletrabalho, como, por exemplo, o serviço de limpezas, porque não é possível ter os trabalhadores da limpeza em casa em teletrabalho, é impossível, e nos Balcões também, porque o serviço é atender pessoas, com documentação, com serviços que estão a funcionar na retaguarda, portanto, há um complexo de serviços que não se coaduna com o teletrabalho, daí estarem a adaptar algumas situações.

Pode dizer que, desta vez, o que está previsto é que não vai encerrar nenhum Balcão, como sucedeu quando encerraram o Balcão de Alhos Vedros e do Vale da Amoreira, porque isso causou sempre um ruído e uma incompreensão por parte das populações onde estão sediados esses Balcões. Desta vez, vão tentar, pelo menos é o que está previsto, não encerrar nenhum Balcão, reduzindo o pessoal em cada Balcão e recorrendo à alteração dos horários, ou seja, os Balcões vão funcionar no turno entre as 08:00h e as 14:00h, e o atendimento vai ser feito por marcação, o que já tinham deixado de fazer quando as medidas se alteraram e aliviaram um pouco, mas agora voltam outra vez. Foram criadas mais duas linhas telefónicas, porque da outra vez houve algumas queixas de que as pessoas estavam meia-hora à espera para marcar, e agora tiveram isso em atenção e pediram ao serviço um reforço das linhas telefónicas, uma para a Baixa da Banheira e outra para o Município, porque são os Balcões que têm maior movimento.

O Espaço do Cidadão, que também é um espaço muito procurado, não vai encerrar embora, porque tem um número de trabalhadores mais diminuto, porque nem todos os trabalhadores, como sabem, estão habilitados a trabalhar no Espaço do Cidadão, vá haver uma rotação em que numa semana funcionará o Espaço do Cidadão no Município, na outra semana funcionará o Espaço do Cidadão na Baixa da Banheira. Contudo, podem dizer que os munícipes do concelho da Moita terão sempre o seu Espaço do Cidadão a funcionar num determinado sítio, portanto, será mais ou menos dentro dos parâmetros anteriores, com a exceção de não encerrarem nenhum Balcão, passando de dois a um funcionário, fazendo uma rotação das pessoas, no sentido em que estão a prestar um serviço público e não querem fechar as portas às pessoas nesta altura, porque há sempre assuntos, às vezes, até com muita urgência, para serem tratados. É claro que depois o Sr. Presidente já saberá destas medidas por escrito e também é claro que isto depois tem que ter uma articulação com os outros serviços, porque ali fala-se em águas, fala-se dos serviços de urbanismo, tem uma ligação muito estreita com a tesouraria, mas pensa que os outros serviços também estão a tomar medidas, e vai ter que haver uma conjugação para que todos estejam a trabalhar numa mesma linha e não haver bloqueamentos no serviço.

Sobre um outro assunto, disse que há pouco estava a falar com o Sr. Vereador Miguel Canudo porque, finalmente, aquele buraco em frente à estação está tapado, no entanto, quis só fazer uma pergunta para saber se está previsto um plano de intervenção e de repavimentação de algumas das ruas do concelho. Já aprovaram aqui todas as medidas e alguns munícipes vão perguntando para quando é que está previsto, e sabe que houve atrasos de várias autorizações, dos financiamentos, mas, efetivamente, nota-se algumas ruas em muito mau estado, disso não há dúvidas, e agora é na rua Vasco da Gama, porque está para lá outro buraco, e pensa que, ao longo deste ano, ainda vá haver essa intervenção, pelo que agradecia alguma informação sobre este plano.

Voltando ao confinamento, e sobre as escolas, quis só deixar uma nota, porque é provável as escolas não encerrarem, se calhar, vai encerrar mais algum nível de ensino, por aquilo que se vai falando, sendo que os níveis de ensino secundário serão aqueles em que os alunos estarão mais autónomos, porque fechar as escolas completamente mexe, efetivamente, com as famílias, com toda a organização do núcleo familiar e das comunidades. Agora não há dúvida, mais uma vez, e isto porque está ligado ao setor, que também deviam ser tomadas medidas de apoio às pessoas que trabalham nas escolas, sejam as auxiliares de ação educativa, os professores, os alunos, porque as escolas estão um bocadinho entregues a si próprias e não há ali um grande reforço. Por isso, hoje à noite, quando ouvir

dizer que as escolas se vão manter abertas, gostaria de ouvir que a partir de amanhã, nem que se tenha que fazer um teste a toda a gente, vale o que vale, vão ser incluídos no plano de vacinas das pessoas que são consideradas prioritárias, porque estão ali na primeira linha, e sabem que uma auxiliar educativa está, permanentemente, naqueles corredores, naquele espaço, em contacto com tantos alunos, e os professores entram de hora a hora numa sala, com tanta gente e com salas cheias. Cada setor profissional falará nos seus riscos, mas pensa que, mantendo as escolas, as creches e os jardins de infância todos abertos, devia de haver um sinal de apoio a este setor, às pessoas que, também ali, têm mantido o espaço da educação aberto e a funcionar, correndo muitos riscos todos os dias, daí que gostasse de ver essa medida tomada, pelo que vai aguardar pela resolução.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Sobre o Covid, porque já foi aqui feito o ponto de situação, disse que não se ia pronunciar, mas quis dizer que, de facto, a experiência destes últimos tempos também tem sido enriquecedora, no sentido da aprendizagem das soluções e dos problemas que vão aparecendo no dia a dia. Por melhor que seja o plano de contingência que tenham nas organizações, quer na Câmara, quer noutra lado, é com o problema na mão que se consegue tentar resolver os graves problemas de transmissão destes vírus, e depois, quando se tem surtos elevadíssimos, ainda mais se destapam algumas lacunas que se vêm nas organizações, portanto, para quem há uns meses atrás falava neste vírus de uma forma leviana, sem sentir ainda a realidade dos factos, hoje, passados estes 300 dias, verifica-se que o estado do País é o que é. É a realidade, e esta é a realidade nua e crua a nível nacional, e quando veem os resultados em todos os concelhos, em todos sem exceção, sejam eles vermelhos, azuis, amarelos ou multicores, verifica-se que é nacional. Por mais medidas que as pessoas tomassem, por mais que fizessem tudo o que foi feito, e foi feita muita coisa, perante a realidade, hoje, está convencido que os decisores políticos, nomeadamente, o Primeiro-ministro e outros decisores que estão com a “mão na massa”, sabiam os riscos que se iam correr e, se calhar, ao longo destes 300 dias, deviam ter tomado, aqui ou ali, outras medidas. O facto é que, por exemplo, e não fala da Moita, que podia falar, mas já falaram, fala na sua terra, Cuba, com 4000 habitantes e cerca de cento e setenta e tal casos, uma população inteira já quase fechada em casa, com um lar com 90 casos positivos e, de facto, esta é a realidade e a experiência que tem. E a experiência dos últimos tempos, é que a evolução, a transmissão do vírus, tornou-se muito mais viral do que aquilo que era há uns meses atrás, e isto é de tal maneira preocupante que acha que estas medidas dos próximos 30 dias terão que ser medidas para inverter um pouco a situação, mas a vida continua.

Sobre o Departamento de Obras e Serviços Urbanos disse que, obviamente, vai ter que prestar o serviço público que é a sua obrigação, nomeadamente, os serviços de higiene e limpeza, águas, esgotos, cemitérios, espaços verdes, portanto, vão ter equipas a trabalhar em espelho, com certeza, já com a aprendizagem que têm, para não deixar cair ainda mais os problemas que depois, mais tarde, irão ter, levando sempre em conta os trabalhadores e a sua segurança, nos serviços que estão a prestar às populações e nos contatos que têm que ter com as pessoas. Tudo isto vai ter que ser feito com o cumprimento de todas as regras sanitárias que estão em vigor, e daí estarem a aguardar, como o Sr. Presidente disse, durante o dia de amanhã e sexta-feira estarão em condições de as aplicar para depois se iniciar a partir de segunda-feira, porque lhe parece que já na sexta-feira é difícil dada a complexidade dos serviços, uma vez que pensa que estas medidas devem ser tomadas em simultâneo, e se houver condições, tudo bem, se não houver estão preparados para que o serviço público e a segurança dos municípios, quer na questão da higiene, quer em todas as suas áreas, da água, dos esgotos, do apoio às escolas com os eletricitistas, porque é necessário ter um piquete, tudo isto tem que estar previsto e tem que estar, mais ou menos, oleado, para que as coisas sejam resolvidas dentro daquilo que é a responsabilidade do Município.

Sobre a Quinta do Mião, disse que realizaram uma assembleia-geral de dissolução do Centro de Recolha Intermunicipal, que acabaram bem, com as contas feitas, e acabaram concluindo que a experiência, mesmo com aquilo que foram praticamente os últimos 4 anos do centro de recolha, independentemente de tudo o que possa ter corrido melhor ou pior, foi extremamente positiva. Foi esta a conclusão a que se chegou, e estão aqui outras pessoas que participaram nessa reunião, mas agora

o “casamento está desfeito” por mútuo acordo. A Câmara Municipal da Moita e a Câmara Municipal do Barreiro irão assinar o que presume ser um protocolo para os próximos meses, até a Câmara da Moita ter o seu Centro de Recolha a funcionar.

Sobre o Centro de Recolha disse que está numa fase avançada do decurso do projeto, estão-se a fazer as coisas para que, o mais rápido possível, se avance com aquele projeto, cuja execução depende muito dos valores que serão necessários, sendo que o projeto está feito por fases porque, possivelmente, não terão orçamento para fazer tudo de uma vez, mas far-se-á uma primeira parte e depois da conclusão desta, ir-se-ão receber os animais da Moita que estão no Barreiro e que são da responsabilidade da Câmara da Moita. O Centro de Recolha do Município está projetado para a Quinta do Quadrado, numa zona atrás do cemitério, num espaço onde ainda se pode construir, e espera-se que as coisas corram bem e dentro daquelas que são as perspetivas, ainda que no primeiro semestre seja difícil, mas para que comece a funcionar o mais rápido possível.

A título de esclarecimento, porque o Sr. Vereador Joaquim Raminhos levantou, e bem, a questão do sobreiro na avenida 1º de Maio, foi verificar o projeto e, de facto, relativamente ao sobreiro que está na avenida 1º de Maio junto à cooperativa de habitação, já está pedido o seu abate, porque a pista da ciclovia passa mesmo pelo local. Quanto às oliveiras, como já informaram, irão tentar recuperar o máximo possível e o objetivo é replantá-las, tendo sido dadas essas instruções aos serviços, porque, por vezes, quando estão a avaliar um projeto e o aprovam, não se apercebem bem, acrescentando que, para terem a ciclovia do lado direito, do lado de quem sobe a avenida, têm que deslocalizar um pouco a estrada para o lado esquerdo, e algumas árvores que estão ali, e que não estão protegidas, serão substituídas por outro tipo de árvore mais dedicada ao meio urbano, e que nenhum dos pinheiros que estão atrás vai ser retirado.

Por último, disse que bem gostaria de tapar os buracos todos, e alguns buracos mereciam ser tapados mais rapidamente que outros, mas sobre o abatimento daquele espaço, quem conhece, diz que é um lençol de água que passa ali e que cria, possivelmente, alguns abatimentos, bem como pela trepidação do comboio. Podem arranjar explicações várias, técnicas e outras não técnicas, mas o que é certo é que foi uma empresa que fez aquilo e está dentro da garantia, portanto, a Câmara da Moita não vai gastar mais dinheiro por isso, mas aquilo é um abatimento que, por mais que se compacte, pode ter alguns problemas e vai sempre minando.

Sr. Presidente – Começou por referir uma questão que se esqueceu de falar inicialmente, e disse que ia fazer um ponto de situação sobre as eleições, na medida em que estas eleições têm contornos, em alguns aspetos, diferentes, face à situação de pandemia que vivem. Esta eleição vai-se realizar em três momentos distintos, no domingo dia 17, no domingo dia 24 e ainda de forma itinerante durante a semana, nos dias 19 e 20. Isto significa que, no dia 17, será o voto antecipado, que deixou de ter qualquer restrição e qualquer eleitor se pode inscrever para o voto antecipado em qualquer local do País, independentemente da sua zona de registo no recenseamento, e decorre em todos os municípios, onde tem que haver, pelo menos, uma mesa de voto para a realização deste voto antecipado, e o número de mesas de voto em cada município é definido a partir do número de eleitores que se registem, sendo que o número base é 500, portanto, até 500 será uma mesa de voto, mais de 500, ou significativamente, mais de 500, deverão ser duas mesas, e disse significativamente porque acha que, se forem 510 ou 520, não faria sentido criar outra mesa, mas é esta a regra que está estabelecida.

As inscrições para este voto antecipado decorrem até amanhã, quinta-feira, e neste momento, hoje de manhã, já estavam escritos para votar no concelho da Moita 547 eleitores, portanto, isto indicia que vão ter que concretizar as duas mesas que estavam previstas e que se irão localizar no edifício dos Paços do Concelho. A ideia é ter uma mesa que funcionará no átrio do Balcão do Município, na zona de espera junto ao painel de azulejos, permitindo que se faça uma entrada ordenada e que as pessoas estejam, de alguma forma, abrigadas, na eventualidade de mau tempo durante a espera no exterior. Para a outra mesa a intenção é usar a porta principal, colocando a mesa no átrio junto aos serviços de Recursos Humanos, do lado esquerdo de quem entra na Câmara, e fazerem-se duas filas de espera, uma para a mesa do lado do rio, outra para a mesa do lado do largo. Todavia, isto é mais fácil dizer do

que fazer, porque não têm a certeza como é que virão organizados os cadernos eleitorais, se vêm por ordem alfabética, se vêm ordem numérica, ou como é que será para depois decidirem como se organizar, mas, em princípio, do ponto de vista espacial, é a solução que têm e é essa que vão usar. Depois, sobre o voto que chamou de itinerante, não sendo esse o nome que está, oficialmente dado, disse que se trata do voto que, num primeiro momento, estava previsto para as pessoas em confinamento obrigatório por doença ou por isolamento profilático, cujo período de inscrição decorrerá de 14 a 17 de setembro, e o que aconteceu de novo nestes últimos dias é que vai ser alargado aos residentes nos lares. Não vai abordar esta questão do voto nos lares e cumprirão o que está estabelecido, que tem suscitado alguns comentários e algumas preocupações, mas é o que é, e é para cumprir. Haverá este período de inscrição, todos os cidadãos que pretendam, e aqui já vigora uma restrição por zona de recenseamento, portanto, a pessoa só pode votar no seu concelho de recenseamento ou num concelho limítrofe, não pode tanto estar noutra zona do País, mas vão ver o que é que isto dará em termos de inscrições.

Do ponto de vista logístico não é um processo fácil, e ainda hoje foi recolher um voto a um eleitor Internado na UCCI, sendo que esse é um processo que já existia antes, em que os presos e os hospitalizados já tinham direito ao voto e, nesse caso, está definido que o voto é recolhido no local pelo Presidente de Câmara, mas foi à UCCI e teve um “aperitivo” do que vai ser este voto itinerante, porque para recolher cada voto é preciso armarem-se completamente, como num “fato de astronauta”, e não é só uma pessoa porque, nesse caso, a lei já diz que é o Presidente ou um representante, portanto, pode nomear alguém, até porque se forem algumas dezenas de pessoas não poderá ser uma única equipa a fazer tudo, terá que ser mais do que uma equipa, constituídas, em princípio, por um eleito e um funcionário do município, sendo que os delegados das candidaturas têm sempre o direito a participar e, eventualmente, o acompanhamento das forças de segurança porque, normalmente, a regra é, sempre que há uma deslocação de boletins de voto, a mesma é acompanhada por forças de segurança. É assim que funciona regularmente, mas neste caso do voto itinerante a lei é omissa, pelo que se trata de uma questão que ainda esperam ver aclarada pela CNE o entendimento que têm.

Portanto, vai entrar esta gente toda pelos prédios, pelas casas, todos equipados com viseira, máscara, luvas, botas, e depois saem e têm que deitar tudo fora, vão a outro prédio e equipam-se, novamente, com material novo porque, supostamente, o equipamento é de utilização única, à exceção da máscara e da viseira; as luvas e as botas são de utilização única. Antecipa que o mais provável, mas pode estar a apostar ao lado, é que haja pouca adesão, exatamente, pela razão apontada de que as pessoas não querem ser expostas a isso e só quem tem grandes convicções políticas é que não falha o voto dê lá por onde der, é que se vai inscrever, porque acredita que a maior parte das pessoas não se vai, sequer, registar.

Acrescentou ainda, porque também havia o receio de que fosse difícil constituir as mesas de voto, até porque estas foram desdobradas e há um número maior, o que exige um maior número de pessoas, que as reuniões correram bem e as mesas foram todas preenchidas, mas isso não significa que as coisas vão correr assim tão bem no próprio dia da votação. Com o agravamento da situação sanitária, acredita que possam haver pessoas que disseram que sim um mês antes e naquele dia, por algum motivo, não estarão presentes, e porque as bolsas têm poucas inscrições, estão muito escassas, poderá vir a ter que haver muita improvisação, na altura, para encontrar pessoas para completar as mesas de voto, e aí há um papel fundamental, como é habitual, das próprias Juntas de Freguesia e dos Presidentes de Junta que acompanham muito diretamente esta matéria.

Sobre as questões colocadas, e em relação à transferência de competências, disse que estão agora a integrar as novas competências, com graus diferentes, até face àquilo que é a sua operacionalidade imediata, ou por serem competências que não são quotidianas e que não exigem, para já, nenhuma ação. Todavia têm que falar sobre isso, até porque envolve, exatamente, certificação de profissionais que, em muitas matérias, é uma das dificuldades que têm sentido com mais premência, e como já disse aqui e repetiu outra vez, pensa que isto é clarificador do que é este processo de transferência de competências.

Assim, houve já, esta semana, uma reunião com a PSP para operacionalizar a questão da transferência de competências no âmbito do estacionamento, e está-se a falar, para já, de gerar referências multibanco para o pagamento voluntário para quando os condutores forem autuados por mau estacionamento, e a PSP precisa dessa informação, e está-se a falar de outra alteração, que é a grande alteração, diria mesmo, a única alteração, e que se trata dos autos que as forças de segurança realizam e enviam para Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, sendo que a partir de 1 de janeiro, enviam para o respetivo município e todo o processamento da contraordenação é realizado pelo município, todas as notificações são realizadas no município e assinadas pelo Presidente da Câmara, em vez de ser pelo Diretor da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, que todos conhecem, como é evidente, agora os cidadãos que deixam o carro mal estacionado passam a receber a multa do Presidente da Câmara, que é uma coisa que contribui, significativamente, para a popularidade dos autarcas. A grande inovação, o grande avanço na democratização do Estado português é isto, as multas passarem a ser processadas nas câmaras municipais, em vez de serem processadas na Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, portanto, se querem paradigma da descentralização feita por centralistas, não há melhor paradigma do que este.

No que concerne ao teletrabalho, sobre o qual já têm falado muito e sendo uma discussão que tem várias abordagens, várias vertentes e, naturalmente, profundas diferenças de opinião, disse que não partilha, nem compartilha, a visão do teletrabalho que têm todos aqueles que “engoliram o isco, o anzol e a chumbada” dos dogmas neoliberais sobre esta matéria, e são muitos no País. O teletrabalho tendo, naturalmente, questões que se relacionam com a evolução tecnológica e também com a evolução de alguns processos de trabalho, tem, sobretudo neste momento, uma característica de retrocesso nas condições de trabalho, de retrocesso nos direitos dos trabalhadores, de retrocesso até na organização social dos trabalhadores, e é esse o objetivo que visam alcançar aqueles que querem imprimir esta evolução tecnológica a um ritmo completamente alheio ao ritmo da evolução natural. Para além do mais, as teorias, os discursos, os conceitos teóricos, são muito importantes, mas valem muito pouco quando se fala de “alhos” e a realidade fala de “bugalhos”, e aqui é o que também acontece, muitas vezes, quando se fala de teletrabalho, porque defendem-se conceitos que falam de realidades abstratas e a questão é mesmo as realidades concretas dos locais de trabalho, das instituições, das autarquias, do Estado.

É puramente abstrato falar de modernização administrativa como se dependesse do despacho de alguém, quando continuam a ter um Estado que, apesar de toda a evolução, e muito grande evolução, que teve nas últimas duas décadas nesta matéria, continua, desde os mais elevados órgãos do Estado, os órgãos políticos, até à mais pequena secretaria a fazer circular as notificações, as informações, os autos de que falavam há pouco. Tudo isso continua a circular em papel, portanto, pretender e fazer discursos na base de que depende da vontade da Câmara, ou de qualquer câmara, fazer a erradicação da circulação de papel e avançar para a digitalização de processos e de tramitação de processos integralmente, ou perto disso, é falar no abstrato e ignorar, por completo, a realidade concreta das coisas.

Sobre a questão das reuniões presenciais ou por teleconferência, disse que a sua posição é muito simples, porque entende que, enquanto houver trabalhadores da autarquia que tem que vir trabalhar todos os dias, é obrigação dos eleitos da autarquia, pelo menos, uma vez de 15 em 15 dias, virem a uma reunião. Independentemente de tudo o resto, a sua posição é esta, até porque, se não tivessem condições de garantir a segurança, se não tivessem um sítio para reunir sem estarem demasiado juntos, estariam a falar de uma realidade diferente, mas têm condições para garantir afastamentos, condições de segurança, arejamento e tudo mais, que lhes garantem que não correm riscos desnecessários, portanto, se mais nada se alterar na evolução desta pandemia, pensa que devem continuar com este sentido.

Sobre a questão relativa ao surto que houve na GNR, disse que tiveram essa informação, ainda que que indiretamente, mas foi-lhes referido por pessoas da GNR, que houve um surto no Posto e que atingiu 10 ou 11 guardas, mas isto foi antes do Natal, portanto, em princípio, o processo já estará ultrapassado.

Sobre as repavimentações informou que o processo está concluído do ponto de vista processual, ou seja, o concurso está feito, as adjudicações também, os contratos estão assinados, e está a aguardar o Visto do Tribunal de Contas, e está a aguardar porque foi enviado uma primeira vez e na passada segunda-feira, como é regra, infelizmente, no Tribunal de Contas, foram feitas perguntas, algumas pertinentes, legítimas, a colocarem dúvidas e a pedir esclarecimentos. Como também, infelizmente, não é raro, vêm algumas questões que já haviam sido enviadas, mas as perguntas vêm e, às vezes, fica a suspeita de que aquilo é tirado de uma lista de perguntas frequentes porque, como o prazo é de 30 dias e não dá tempo para ver aquilo em 30 dias, quando chegam ao vigésimo dia mandam um conjunto de perguntas, interrompem o prazo e ganham tempo. Dá esta impressão, enfim, é apenas uma impressão, que não pode provar, assim como ninguém pode, mas, às vezes, pelo tipo perguntas, e como disse algumas são pertinentes e são naturais face às dúvidas que os processos podem suscitar, outras nem tanto.

De qualquer maneira, as respostas estão a ser preparadas e irão ser enviadas, como também tem sido regra, e estão convictos que os processos estão corretos, portanto, não vão ter mais questão nenhuma e, uma vez enviadas as respostas, passados que sejam mais alguns dias, virá então o Visto para poderem avançar para as obras. Isto significa, que esperam, e pensa que não é preciso ser muito otimista para o admitir, talvez um bocadinho otimista, mas não em excesso, que durante o mês de fevereiro comecem as repavimentações no concelho, isto se o Visto vier durante o mês, e como não costuma vir perguntas mais do que uma vez, ainda que haja sempre um fator de insegurança, admite que durante o mês de fevereiro, ou no início de março, as obras estejam a começar. Como sempre recordou, porque é bom que se recordem que as obras envolvidas neste processo estão definidas, e não é um processo para tapar todos os buracos em todas as ruas e responder às questões que surgiram ontem e à cratera que apareceu, ontem, na sequência de uma rotura, porque estas estão definidas, são aquelas e nenhuma outras. Aliás, se fossem outras, teríamos o Tribunal de Contas “à perna”, porque o processo é assim, têm que ser aquelas e não outras.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que tinha uma questão sobre o refeitório, porque daquilo que se tem apercebido o refeitório da Câmara continua a só ter uma porta de entrada e uma porta de saída, contrariamente ao que está previsto.

Sr. Presidente – Confirmou que é verdade, que continua a ter só uma porta de entrada e que ainda não foi aberta outra.

Por último, porque é sempre motivo de especulação e porque ainda hoje de manhã uma trabalhadora da Câmara lhe perguntou, porque ouviu dizer, se haviam muitos casos na Câmara, disse que, neste momento, não há. Houve vários casos que não estavam ligados entre si, à exceção de um casal, mas houve no final do mês de novembro e durante o mês de dezembro, ultrapassando uma dezena no total, com 12 casos na Câmara. Agora, neste momento, que tenha conhecimento, e pode ter surgido algum ontem ou hoje que não lhe tenha chegado ainda a informação, não têm situações.

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pelo Sr. Vice-Presidente.

## 1. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS NO ÂMBITO DO TORNEIO ATLETISMOITA 2019/2020

“A Câmara Municipal promove anualmente o Torneio das Coletividades do Município da Moita em Atletismo – “Atletismoita”. Este torneio decorre ao longo de toda a época desportiva e é uma iniciativa do Movimento Associativo, das Juntas de Freguesia e da Câmara Municipal da Moita, que consiste na realização de um calendário de provas de Atletismo (estrada e corta-mato) por época desportiva.

O “Atletismoita” tem como principais objetivos:

- Proporcionar oportunidades de participação em provas de atletismo aos munícipes (federados ou não);
- Estimular o aparecimento de novos clubes e praticantes de atletismo, criando condições para uma maior expansão da prática regular da modalidade através da estruturação de um calendário de provas conjugado com as provas tradicionalmente realizadas;
- Estruturar um plano de avaliação classificativa dos praticantes e coletividades como forma de estimular e incentivar a participação e o empenho de todos;
- Fomentar a Ética Desportiva.

Assim, de acordo com as regras do Torneio, foi elaborada uma classificação coletiva final através do somatório de todas as pontuações coletivas ao longo da época desportiva, pelo que se propõe a atribuição dos seguintes apoios financeiros, tendo em conta a classificação coletiva.

Nesse sentido, propomos:

- . **Clube Desportivo e Recreativo Ribeirinho** – 1.000€ (mil euros);
- . **Grupo Desportivo Popular do Chão Duro** – 850€ (oitocentos e cinquenta euros);
- . **Grupo Desportivo da Fonte da Prata** – 700€ (setecentos euros);
- . **Clube Amigos do Atletismo da Moita** - 600€ (seiscentos euros);
- . **Centro de Atletismo da Baixa da Banheira** – 500€ (quinhentos euros);
- . **Grupo Os Indefectíveis** – 150€ (cento e cinquenta euros)

Os apoios considerados, no valor de 3.800,00€ (três mil e oitocentos euros) tem cabimento na rubrica 252.22 – 03/06.02.03.05.07 - Atletismoita.

Atletismoita – 941252202”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

A proposta abaixo transcrita foi apresentada pela Sra. Vereadora Vivina Nunes.

## 2. CONTRATO-PROGRAMA 2021 COM INSTITUIÇÕES SOCIAIS DO CONCELHO

“A Câmara Municipal da Moita reconhece a importância do movimento associativo e instituições sociais como um dos principais impulsionadores da participação democrática e da dinamização cultural, desportiva e social, sendo o seu papel insubstituível na valorização social e na formação cívica dos seus associados, assente em valores como o voluntariado, a solidariedade, a igualdade, a cidadania e a democracia. O trabalho de extrema importância levado a cabo pelas associações, frequentemente complementa e substitui a intervenção do Estado.

Com a crescente desresponsabilização do Poder Central em muitas das suas obrigações constitucionais, tem-se vindo a exigir às autarquias um trabalho redobrado num quadro de enormes dificuldades, de ingerências à sua autonomia administrativa e política, com sucessivos estrangulamentos financeiros e humanos.

Neste contexto, a Câmara Municipal da Moita tem assumido um importante papel de apoio ao Movimento Associativo e Popular e Instituições Sociais reconhecendo-os como parceiros privilegiados na estruturação e aperfeiçoamento de um concelho que se pretende justo e equilibrado, cultural e socialmente desenvolvido.

Assim, considerando:

1. As atribuições dos municípios consagradas no artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, nos domínios da cultura, dos tempos livres e desporto, da ação social e promoção do desenvolvimento.
2. A competência da câmara municipal, nos termos das alíneas o), p) e u), do artigo 33º a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no âmbito da concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas, com vista à execução de obras, à realização de eventos de interesse para o município ou ao desenvolvimento de atividades natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção das doenças.
3. A necessidade imprescindível de garantir a eficácia e a transparência na atribuição dos apoios e comparticipações de acordo com uma estratégia de prioridades, que procura na dinâmica comunitária associativa, respeitando a sua autonomia, contribuir para a democratização e o desenvolvimento sustentado das atividades num processo de parceria.

Propomos de acordo com o artigo 23º, nº 2, alínea e), f), g), h) e m) e artigo 33º, nº 1, alínea o), p) e u) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a celebração de contrato-programa de desenvolvimento social entre o Município da Moita e a seguinte entidade (conforme documentos em anexo):

### **Santa Casa de Misericórdia de Alhos Vedros**

A comparticipação considerada tem cabimento na rubrica 251.22/03.08.07.01.05 – **Apoio ao Movimento Associativo – Investimentos** no valor de 31.704.00€ (trinta e um mil, setecentos e quatro euros).”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

O Sr. Vereador Miguel Canudo não participou na votação por pertencer aos órgãos sociais da Santa Casa da Misericórdia de Alhos Vedros.



As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Vereador Luís Nascimento.

### 3. REALIZAÇÃO DO EVENTO - ABRA A BAGAGEIRA, PARA O ANO DE 2021

“A Abra a Bagageira é uma feira que se realiza desde o mês de junho do ano de 2015, assumindo-se, neste momento, como um evento de relevância local e regional.

A Abra a Bagageira é uma feira que tem por finalidade promover a exposição, venda, compra e troca de tudo o que está a mais nas garagens, nos sótãos (livros, mobiliário, brinquedos, discos, moedas, selos, postais, acessórios, roupas, porcelanas) ou das peças recicladas que se acumulam em casa.

Deseja-se continuar a promover, junto da comunidade, um pouco de cada um de nós, a troca de experiências, os saberes, a dinâmica cultural, a história, incentivando o colecionismo, a reciclagem e o comércio de rua, prosseguindo assim o interesse municipal.

Mostra-se necessário que o Município realize o enquadramento e disciplina do evento, para o ano 2021. Assim, proponho que, ao abrigo do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 33º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal delibere:

- a) Aprovar a realização Abra a Bagageira, para o ano de 2021, nas condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante.
- b) Conferir, ao abrigo dos artigos 44º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo, ao Exmo. Sr. Vereador Luis Fernando Vaz do Nascimento as competências previstas nos números 6, 7.1 e 14. que constam das condições anexas à presente proposta.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

### 4. “IDEIAS E EMPRESAS – LOJAS POP-UP”, NO MERCADO MUNICIPAL DA MOITA – ANO 2021

“Considerando que:

- a) O Mercado Municipal da Moita está dotado de lojas no seu interior definidas para a atividade de talho, cuja sua ocupação não tem sido requerida para a atividade referida;
- b) Sendo objetivo a dinamização do Mercado Municipal da Moita, promovendo a atração de mais visitantes mais compradores/consumidores e utentes, mais vendedores e empreendedores, existe a necessidade de continuar a dinamizar as referidas lojas, impulsionando a oferta comercial no interior do referido mercado;
- c) O conceito de lojas pop-up pretende dinamizar espaços devolutos, aumentar e promover as ideias empreendedoras e inovadoras, bem como a dinâmica e a rotatividade das empresas.

Assim proponho que,

- a) Se autorize a utilização das lojas, nos termos e para efeitos das Condições de Participação, em anexo à presente Proposta, concedendo aos interessados empreendedores, a oportunidade de iniciarem a sua atividade ou, caso já a tenham iniciado, em condições de instalação e utilização aceitáveis e a custos moderados;
- b) Se aprove a iniciativa “Ideias e empresas – Lojas pop-up”, com o objetivo de dinamizar as referidas lojas e o Mercado Municipal e tendo por base as condições anexas à presente proposta, dela fazendo parte integrante, para o ano de 2021.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão havendo as seguintes intervenções:

Sra. Vereadora Filomena Ventura – Em relação a este tema que são chamados a decidir, disse que ia voltar a repetir aquilo que disse no ano passado. O Sr. Vereador Luís Nascimento já lhes deu uma pequena introdução daquilo que ele considera ser a avaliação, mas está habituada, por defeito profissional, a fazer uma avaliação muito mais profunda. Uma vez que já sabem que estão a funcionar, neste momento, duas lojas, uma de fotografia onde há inovação do produto, outra daquilo a que chama artesanato urbano porque para si labores tem um cheiro a naftalina que não gosta muito, e para poder, de uma forma responsável, saber como votar esta proposta e o seu regulamento, gostava de saber quanto tempo existe de permanência, uma vez que, no regulamento votaram, se não se engana, um a dois meses no âmbito de permanência da loja, mas também votaram, se não houvesse mais candidatos, que as lojas permaneceriam.

Neste momento, a única avaliação que tem do Sr. Vereador Luís Nascimento é que estão a funcionar duas lojas, mas não sabe, durante este ano, quantas empresas ocuparam aquelas lojas e durante quanto tempo é que as ocuparam, está a colocar esta questão porque se trata de uma coisa que a preocupa. Já todos mencionaram, até em conversas ditas informais entre todos e, certamente, noutros locais em que isso se proporciona, que a situação de confinamento, que é necessária no âmbito do controle da saúde pública traz situações económicas graves, que poderão ainda, e serão, certamente, bastante mais graves, sendo que, neste momento, de acordo com os números do Instituto Nacional de Estatística, há mais 40% de inscrições nos Centros de Emprego.

O que solicitou ao Sr. Vereador Luís Nascimento, no que concerne ao tempo de permanência destas empresas, no fundo, destes empreendedores nas lojas, é porque o que a preocupa, em momentos do início de uma nova crise económica, é a equidade com os outros lojistas, porque esses sim, cumprem todos os contratos que fizeram. Com isto quis dizer que acha que a ideia é louvável, ainda que, tal e qual como o Sr. Vereador Luís Nascimento aqui partilhou com todos, com algum “desencanto” no atingir dos objetivos, e a si preocupa-a a permanência destes empreendedores e a equidade com os outros que, às vezes, com muita dificuldade, cumprem.

Assim, reiterou que é importante saberem, claramente, quantas empresas beneficiaram e qual o tempo de permanência, e recordou que, já no ano passado, quando debateram este tema, falou da avaliação, pelo que gostava de ver a questão respondida,

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse que estes dois locais tiveram, no total, 5 empresas, o que para si, acima de tudo, é curto, e é o primeiro a dizê-lo. Dois locais é curto, e estaria contente se tivessem passado por lá 24 empresas, uma por mês em cada um deles, isso sim é que o deixaria feliz, e que as empresas, depois de terem experimentado o seu produto, tivessem dito que o produto era muito bom e que iam abrir uma grande loja, porque isso então é que o deixaria mesmo muito feliz.

Quanto à equidade, disse que existe sempre por uma razão muito simples, que é o facto de todos eles saberem que, no início de cada mês, uma vez que as inscrições vão até dia 20 e qualquer coisa de cada mês, quem lá está não tem primazia sobre os outros, antes pelo contrário, ou seja, qualquer

empresa nova, qualquer candidato novo, é que tem primazia sobre quem lá está. Por exemplo, quando o senhor da loja das fotografias lhe disse para ver se não tinha ninguém interessado porque gostava de ficar outro mês, o que lhe disse foi que, se houvesse alguém interessado, já sabia que tinha que sair porque é assim o regulamento e é assim que funcionam, por forma a dar a possibilidade de outras pessoas experimentarem, porque não pretendem que aquilo sejam lojas fixas. Se fossem lojas fixas, o preço do aluguer por metro quadrado até era barato demais, se bem que seriam lojas fixas sem porta para a rua, só com porta para dentro do mercado, mas aquilo que pretendem é que sejam locais para experimentar negócios, sempre foi esse o sonho.

A questão da equidade não se coloca porque qualquer pessoa que queira experimentar um negócio, como, por exemplo, uma pessoa que queira fazer camisas estampadas, como já lá esteve uma vez e que não está lá agora, se se inscrever agora para o mês de fevereiro terá primazia sobre qualquer um dos dois que lá estão, portanto, há sempre uma equidade porque isso está garantido pelo próprio regulamento, o que tem é pena que essas coisas não surjam. Neste momento, se calhar, as pessoas estão com medo de investir e com medo de arriscar, porque, naturalmente, uma ideia como esta das camisas estampadas, obriga a que tenha a máquina que estampa, e o medo de investir e de arriscar também pode afetar este género de coisas.

Estranhou, por exemplo, que não tenha surgido uma empresa que fizesse máscaras para o Covid, sendo que até pensou, senão fosse Vereador e tivesse tempo, que montava uma empresa de máscaras de Covid porque, nesta altura, deve estar a vender que se farta, se calhar, as pessoas não têm estas ideias ou, se calhar, a ideia não vale nada, mas ficou espantado porque em muitos sítios do concelho passaram a vender este género de coisas, e acha que, às vezes, a oportunidade de negócio vem assim de uma crise, mas acima de tudo, o que quis dizer, é que a equidade está garantida.

Sr. Vereador Luis Chula – Disse que tinha apenas uma curiosidade e perguntou, estando as duas lojas ocupadas, se aparecer um candidato qual é a que sai.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Esclareceu que a que sai é a que estiver há mais tempo.

Sra. Vereadora Filomena Ventura – Começou por dizer que agradecia imenso a explicação do Sr. Vereador Luís Nascimento, mas, se se tratasse da correção de um teste, diria que fugiu completamente ao tema pedido, porque disse que são cinco empresas, e que gostaria que fossem 24, mas o que pretende que lhe diga é o tempo de permanência das empresas em cada uma das duas lojas, ou seja, se foi de 3 ou 4 meses.

Esclareceu que quando falou da equidade não era em relação aos novos empreendedores, porque têm que ter consciência, e aí gostaria de colaborar com o Sr. Vereador, na medida do possível, para dinamizar esta situação, porque na verdade, quando falou em equidade foi para com os outros lojistas que lá estão como, por exemplo, o talho, a senhora da banca das couves, a senhora da banca onde vai comprar frutas exóticas, porque sabe onde as há e são fresquinhas, a senhora do peixe, porque quando se ocupa uma loja, com uma ideia meritória, durante um mês, no máximo 2 meses, mas depois não se injetam novas ideias, etc., etc., etc., em tempos tão complicados como são estes de pandemia, há muito mais coisas, e o Sr. Vereador certamente saberá melhor do que a própria, porque tem competências nessa área, no âmbito do comércio local. Não falou de equidade perante os novos empreendedores, até porque o Sr. Vereador, na sua intervenção inicial, deu imediatamente a entender que não surgiram novos empreendedores, portanto, a sua resposta, apesar de muito agradável e correta, fugiu completamente ao tema, pelo que reiterou que o que gostaria de saber é qual o tempo médio de ocupação daquelas duas lojas, por parte das referidas 5 empresas.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Disse que, apesar de não poder garantir agora, pensa que as empresas tiveram um tempo médio de ocupação de três a quatro meses.

Em relação aos vendedores do mercado, para esclarecer essa questão da equidade, disse que não são aceites negócios que concorram com os do mercado, ou seja, não é permitido que as lojas também

vendam os legumes ou os frutos exóticos, e pensa que para o vendedor do mercado seja indiferente a existência de novas empresas, apesar de, ao vendedor do mercado, na sua opinião, dá-lhe sempre jeito que as lojas estejam ocupadas e que vendam. Sublinhou que é na sua opinião, porque se lembra sempre de uma vendedora do mercado, quando foi atribuída mais uma pedra a um vendedor de peixe no mercado, lhe dizer para não atribuir mais pedras porque assim tinha mais gente a vender o mesmo produto, ao que lhe respondeu que é bom haver vários vendedores, a não ser que ela quisesse o mercado só para si, ao que ela lhe retorquiu que isso é que era bom e para ver se arranjava forma de correr com todos os outros vendedores para ela ficar sozinha, porque não percebe que, de facto, isso não era bom para ela, porque têm mercados onde existe um único vencedor único e o mercado deixa de vender, mas, por vezes, as pessoas não percebem que a concorrência dinamiza o espaço. Em relação aos outros vendedores, disse que o preço das lojas não é inferior ao das bancas, e que as lojas não são atribuídas gratuitamente, sendo que o sujeito que tem uma banca no mercado tem sempre a sua banca, e o preço que paga até é inferior ao preço da loja e, por outro lado, a loja nunca vende o mesmo produto que ele, portanto, não há qualquer questão sobre equidade entre os sujeitos das lojas pop-up e os sujeitos do mercado.

Sr. Vereador Carlos Albino – Disse que estão aqui perante uma proposta que tinha um objetivo e o Sr. Vereador, que já traz esta proposta aqui há algum tempo, foi o primeiro a dizer que ela não está a atingir os objetivos a que se propunha. Na sua própria autoavaliação, segundo o raciocínio que tem vindo a ser seguido, é negativa, ou seja, acaba por fazer uma avaliação negativa, uma vez que esta proposta visava promover o empreendedorismo e a dinamização dos negócios e isso, efetivamente, não está a conseguir ser feito, o que se está a conseguir é uma perpetuação de determinadas empresas, num determinado sítio. E, quando se fala aqui em concorrência, e bem, e se começa logo por argumentar que não fazem concorrência com as bancas que estão no mercado, quando também foi o próprio Vereador a dizer que para uma loja o valor que está a ser cobrado é baixo e, certamente, conhecerá que existem vários estúdios de fotografia na Moita, e não só, a fornecer, exatamente, os mesmos serviços que determinada loja no mercado está a fazer. Se é mau que essa loja esteja no mercado não é, mas, se calhar, seria altura do gabinete de apoio às atividades económicas, nomeadamente, reunir com esse senhor e tentar perceber se não seria favorável, ou se não estaria já em condições, se calhar, de passar para uma loja fixa como todos os outros, uma vez que aquelas lojas, segundo percebeu, têm um determinado objetivo e esse objetivo não está a ser conseguido, ou seja, podiam pensar como Incentivo ao emprego e à dinamização do mercado, porque esses objetivos também não estão a ser atingidos.

O Sr. Vereador Luís Nascimento, que diz que circula no mercado, se circulasse, efetivamente, no mercado, tal como o próprio e outros camaradas seus fazem, e ouvisse o que os comerciantes dizem perceberia o que é que realmente faz falta. E o que realmente faz falta, como já tiveram aqui oportunidade de tornar público e dizer em algumas reuniões, e algumas coisas são tão simples como, por exemplo, aumento da limpeza, qualidade da iluminação, publicitar o comércio que lá está, porque existe uma série de coisas e, às vezes, basta ouvir as pessoas e ouvir o que é que é feito nos outros lados, porque essa ideia que trouxe, se calhar, é muito boa na margem norte, mas o que é certo é que aqui na margem sul não está a resultar. Pode-se pensar uma de duas coisas, que ou é das pessoas ou é de quem implementa, e iria, se calhar, pela forma como está a ser implementada, porque empreendedorismo é coisa que reconhece às pessoas do concelho da Moita. E, se também circulasse pelo concelho, veria que na Baixa da Banheira, e em muitas outras lojas, de retrosaria, de arranjos de roupa, etc., foi dado início ao processo de fabrico de máscaras, não escolheram foi esta loja para vender só máscaras, ou seja, fizeram-se máscaras neste concelho, houve muitas pessoas a enveredar por essa oportunidade, como lhe chamou, isso foi feito, agora não foi feito naquele espaço.

Por isso, acha que perante os resultados que tem tido seria uma oportunidade para refletir sobre o que é que não está a correr bem porque, efetivamente, as coisas não estão a correr bem e pensar qual é que é a melhor maneira de a fazer resultar. Aqui ao lado existem, efetivamente, programas de apoio à dinamização da economia, do comércio, de fixação de empresas, bastava fazer uma volta mais larga,

se bem que agora com o confinamento, certamente, será mais complicado, mas terá oportunidade de o fazer, porque há outros sítios onde as coisas estão a resultar, e aqui não estão a resultar.

Sr. Vereador Luís Nascimento - Em primeiro lugar, disse que ninguém conhece tão bem as lojas deste concelho como o próprio, e pode dizer uma a uma as lojas onde se vendem máscaras, e até faz mais do que isso porque, vem sempre a estas reuniões com uma máscara diferente e todas as suas máscaras foram compradas no concelho da Moita. e cada uma delas numa loja diferente, portanto, já o devem ter visto com mais, mas bem mais, de 20 máscaras diferentes.

Quanto a andar no mercado, pediu que o desculpasse, mas se há pessoa que também anda nos mercados é o próprio, e sabe disso, e que deixasse de fazer os seus “números”, até porque hoje nem sequer têm espectadores, e escusa de fazer o seu teatro porque já sabem que é bom ator, reconhecem isso, mas hoje não precisam, pelo que os deve guardar para daqui a quinze dias e, na altura, também encenará qualquer coisa e também pode participar.

De qualquer forma, quando disse que o seu principal objetivo, que era a dinamização de novos produtos e de novas empresas, não estava a acontecer, não quer dizer que as lojas tenham corrido mal, porque há uma animação no mercado, há movimentação no mercado, e esse era outro objetivo. Naturalmente, prefere ter coisas diferentes, mas prefere ter o mesmo vendedor, o mesmo produto, nem que fossem só dois o resto da vida, apesar que aí lhes mudaria o nome e deixariam de ser lojas pop-up e passaria a alugar àquele preço, mas ao ano e acabou, do que ter espaços vazios, abandonados e todos sujos como tinha. Têm de ser objetivos, e aqueles dois espaços eram antigos talhos de conduto, como se chamava aqui na Moita, estavam absolutamente degradados e miseráveis e prefere tê-los assim porque acha que dá melhor aspeto ao mercado. Se a outra parte que queria, e que quer, que era incentivar, ajudar as pessoas que são proativas e que querem experimentar um negócio, está a funcionar, acha que não, mas se for perguntar ao senhor loja de fotografias que faz canecas, faz relógios e faz não sei o quê com a fotografia lá estampada, ou à senhora do artesanato urbano se gostam de ter um espaço junto daquele género de público, naturalmente eles vão dizer que sim. Que queria mais, queria, mas não considera, ao contrário do que o Sr. Vereador disse, uma avaliação totalmente negativa.

Estão melhor, o mercado está melhor do que estava, ainda que existam outras questões de mais limpeza, de mais gelo, porque só dão duas caixas de gelo e deviam dar três ou quatro, ou porque o relógio que está lá em cima só tem duas faces certas e as outras duas estão paradas, ou porque está com 10 minutos de atraso, porque tem andado sempre nos mercados e sabe bem as queixas que há, não pensem que não sabe. Ou porque entrou um pombo em determinado dia no mercado, sabe perfeitamente, e não julguem que não sabe cada dia e cada noite que entra um pombo em cada um dos mercados da Moita. Sabe, absolutamente, um a um, e não se preocupem porque no dia a seguir o “Vereador vai lá, faz um discurso ao pombo e aconselha o pombo a emigrar para outras regiões porque, naturalmente, escusa de pensar, sequer por um segundo, que o Vereador era capaz de mandar matar um pombo.”

Sr. Vereador Luis Chula - Sobre a questão do teatro disse que cabe a cada um, mas acha que o Sr. Vereador entrou num dos ramos que é a farsa e a comédia, ou então os espetáculos de Vau de Ville.

Porque já foram aqui colocados vários considerandos a propósito da razão de ser e de como é que estão a funcionar estas lojas pop-up, e porque lhe parece que todos partilham a opinião de que poderia funcionar melhor de outra forma, cumprindo os objetivos que o Sr. Vereador traçou quando as propôs, disse que não percebe, uma vez que há lojas pop-up há 2 ou 3 anos, o que é que no pelouro das atividades económicas, concretamente, têm feito no sentido de inverter aquela realidade. Não tem a pretensão de conhecer toda a produção de informação da Câmara Municipal, ou até a informação que faz de modo próprio, mas a realidade é que nunca mais ouviu falar publicamente nas questões das lojas pop-up,

A propósito de uma outra questão que, na altura, não teve a oportunidade de pedir a palavra, e uma vez que o Sr. Vereador tem uma penetração muito grande no mercado, e quando diz mercado refere-

se à extensão de todas as lojas, não é ao mercado municipal, como se costuma dizer, no comércio, porque a verdade é que foi à Baixa da Banheira em 2 dias alternados e ninguém sabia o que é que era a questão das ditas raspadinhas, e não viu um único cartaz numa montra da Baixa da Banheira. Não viu todas e, se calhar, aquelas que tinham não viu, mas não viu nenhum cartaz em que houvesse essa promoção, e o Sr. Vereador que diz que conhece o comércio todo, conhece mas é o da baixa da Moita, porque devia de investir, já que tem um apego tão grande, e faz sentido que tenha esse apego ao comércio, porque é a sua responsabilidade e, se calhar, tornar mais amplo, e está a falar da Baixa da Banheira, mas se a Baixa da Banheira não teve, dificilmente Alhos Vedros terá tido.

Sr. Vereador Luís Nascimento - Disse que, por acaso, acha que o problema com as lojas pop-up, onde tem falhado, nos últimos tempos, é na publicidade, para mais este ano com a questão da pandemia, que é o mesmo problema que houve com a questão da raspadinha de Natal, aliás, “Talão de Raspar”, porque “raspadinha” é um nome registado.

Sobre o “Talão de Raspar” da campanha de Natal, para ser muito claro, disse que mandou um e-mail a todas as lojas, a todos os comerciantes que têm registados nos serviços, que não são todos, naturalmente, porque hoje em dia, como o Sr. Vereador sabe, com o licenciamento zero, pode-se abrir uma loja e nem sequer informar a Câmara, e os serviços que dependem diretamente do Sr. Presidente colocaram mupis. Foi falado imenso nas redes sociais, a página do Município teve inúmeros posts sobre o assunto, e mesmo assim, no final. já depois do Natal, havia pessoas que diziam que não sabiam de nada.

No fundo, acha que têm um problema de comunicação com a população, e acha que é um problema real e que todos o devem sentir nos vários pelouros, provavelmente, o Sr. Vereador também se deve queixar quando quer dar uma mensagem da Proteção Civil, porque chegar aos 70000 habitantes do concelho é extraordinariamente difícil. Houve estabelecimentos para onde sabe, porque se empenhou pessoalmente na questão, que foi enviado um e-mail e que, no fim, lhe perguntavam sobre uma campanha de talões de Natal que havia para aí e que não sabiam de nada. É impressionante e acha que as pessoas estão à espera que a Câmara faça tudo. Não é humanamente possível terem funcionários a percorrer as várias lojas, a dizer que há isto ou aquilo. Não é possível.

Tem consciência que funcionou mais na Moita, porque quando as primeiras duas ou três lojas aderiram e puseram os cartazes na janela, porque conforme se aderiria colocava-se o cartaz, correu palavra. Na zona nova de Alhos Vedros também, onde têm uma série de vendedores, mas onde tem absoluta consciência que não correu palavra, porque é muito maior que a Moita, foi na Baixa da Banheira, onde tiveram 6 ou 7 lojas aderentes em toda a Baixa da Banheira, quando, só na Moita, tiveram 40. Não faz sentido e não sabe porquê, mas uma coisa sabe, e isso porque é testemunha, e não tem que o estar a defender, porque o serviço depende do Sr. Presidente, não depende de si, que o gabinete de comunicação fez mupis, tiveram outdoors, pelo que não sabe o que podem fazer mais, a não ser que tenham alguma sugestão.

A mesma questão se coloca para as lojas pop-up, e acha que o que tem falhado neste último ano é um bocadinho mais de publicidade, propaganda, talvez lançando agora mais um folheto, e insistir um bocadinho mais para ver se surgem outras oportunidades de negócio. Mas, tem absoluta consciência que há uma má comunicação entre a Câmara e a sua população. Como se resolve, como é que se consegue fazer melhor, não sabe e acha que, hoje em dia, as coisas são muito difíceis porque há informação a mais e as pessoas, às tantas, porque nas redes sociais querem é falar, ler e informar-se não querem, querem é ser elas a “botar faladura”, portanto, a partir desse momento fica muito difícil.

Não havendo mais intervenções foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções do PS.

Pela Srª Vereadora Filomena Ventura foi apresentada a Declaração de Voto que a seguir se transcreve.

#### DECLARAÇÃO DE VOTO

“Eu gostava que ficasse muito claro que a abstenção resulta do seguinte: a ideia é uma ideia absolutamente meritória, mas necessita, ao longo deste ano e meio, de uma avaliação mais ponderada e necessita, com urgência e de uma forma premente, de também ela ter ideias e ter aqui uma inovação, para além, mesmo tendo em conta todos os problemas que foram, aqui, levantados pelo Sr. Vereador.”

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e vinte e cinco minutos. E eu, Paula Graça, Assistente Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em (CD), ficando as mesmas a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A ASSISTENTE TÉCNICA